ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTENCIA: AUSÊNCIA DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE ACOLHIMENTO E O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DE ESTUDANTES IMIGRANTES E REFUGIADOS

BETWEEN SILENCE AND RESISTANCE: THE ABSENCE OF WELCOMING LANGUAGE POLICIES AND THE RIGHT TO HIGHER EDUCATION FOR IMMIGRANT AND REFUGEE STUDENTS

DOI 10.55028/geop.v21i40

Manuel Salvador Colina Lovera[*]
Thayse Figueira Guimarães[**]

Resumo: Este artigo investiga como a ausência de uma política linguística institucional de acolhimento interfere na efetivação do direito à educação de estudantes imigrantes forçados na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Apoiado na Linguística Aplicada Indisciplinar e nos estudos sobre políticas linguísticas, o estudo qualitativo articula análise documental e entrevistas com estudantes imigrantes e gestores. Os resultados indicam que, apesar do ingresso humanitário, a omissão linguística institucional cria barreiras à permanência. Em resistência, discentes mobilizam repertórios translíngues contra a imposição do português acadêmico. Conclui-se que o acesso formal é insuficiente sem políticas linguísticas que assegurem efetivamente o direito à educação.

Palavras-chave: Políticas linguísticas, Imigração forçada, Acolhimento linguístico, Ensino superior, Direito à Educação.

Introdução

A presença de estudantes imigrantes e refugiados no ensino superior brasileiro tem se intensificado nas últimas décadas em decorrência de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação. Nesse contexto, os processos seletivos desenvolvidos no âmbito da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), em parceria com universidades públicas brasileiras, representam um importante avanço na garantia do direito à educação para pessoas em situação de migração forçada (ACNUR, 2024). Segundo a última

[*] Discente venezuelano. Graduando e mestrando em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Membro do Grupo de Estudos em Linguagem e Transculturalidade (GELT- CNPq). E-mail: manuelcolina88@gmail.com. ORCID: 0009-0004-5381-9770.

[**] Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras (FALE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível C (PQ-C). ORCID: 0000-0002-0379-1405. E-mail: thayseguimaraes@ufgd.edu.br.

Abstract: This article investigates how the absence of an institutional language policy for welcoming and support affects the realization of the right to education of forcibly displaced immigrant students at the Federal University of Grande Dourados (UFGD). Grounded in Indisciplinary Applied Linguistics and language policy studies, this qualitative study articulates documentary analysis and interviews with immigrant students and managers. Results indicate that, despite humanitarian admission, institutional linguistic omission creates barriers to retention. In resistance, students mobilize translingual repertoires against the imposition of academic Portuguese. We conclude that formal access is insufficient without language policies that effectively ensure the right to education.

Keywords: Language policies, Forced immigration, Linguistic welcoming, Higher education, Right to education.

publicação do relatório anual da CSVM em 2024, 25 universidades brasileiras haviam implementado procedimentos de ingresso facilitado para estudantes com necessidade de proteção internacional.

Apesar desse avanço, a literatura evidencia que a democratização do acesso não tem sido acompanhada, na mesma medida, por políticas institucionais capazes de assegurar a permanência acadêmica desses estudantes. Em especial, a ausência ou fragilidade de ações de acolhimento linguístico e de inserção no letramento acadêmico tem produzido obstáculos à participação plena na vida universitária (Rosa, 2018; Peres, Cerqueira-Adão e Fleck, 2022; Lovera e Guimarães, 2024). Embora muitas instituições ofereçam iniciativas de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), essas ações permanecem, em geral, voltadas às necessidades comunicativas cotidianas, sem contemplar plenamente as especificidades linguísticas e discursivas do ensino superior (ACNUR, 2024).

É nesse cenário que se insere a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), instituição conveniada à CSVM que, desde 2023, realiza processos seletivos de acolhida humanitária para estudantes imigrantes. Entretanto, a ampliação do acesso não foi acompanhada da institucionalização de uma política linguística voltada à inserção acadêmica desses estudantes. A análise do Plano de Desenvolvimento Institu-

cional (PDI) e as entrevistas realizadas com gestores e estudantes evidenciam a inexistência de ações sistemáticas de acolhimento linguístico capazes de orientar sua permanência e participação na universidade.

Essa lacuna contrasta com os princípios estabelecidos pela legislação brasileira e pelas diretrizes internacionais voltadas à garantia do direito à educação e ao reconhecimento da diversidade linguística e cultural (Brasil, 2017; UNESCO; ACNUR, 2026). Mais do que assegurar o ingresso, a inclusão universitária pressupõe condições efetivas para que estudantes imigrantes possam participar das práticas acadêmicas em igualdade de oportunidades.

Diante desse contexto, este artigo analisa como a ausência de uma política linguística institucional na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) afeta o acesso, a permanência e a participação de estudantes imigrantes no ensino superior. Fundamentado na Linguística Aplicada Indisciplinar e nos estudos sobre políticas linguísticas, direitos linguísticos e mobilidades humanas, o estudo articula análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e entrevistas com estudantes imigrantes e gestores universitários. Argumenta-se que a inexistência de uma política linguística institucional transforma o direito formal de acesso em uma forma de hospitalidade condicionada, comprometendo a efetivação do direito à educação.

O direito à educação como ponto de partida

Para imigrantes e refugiados, a educação superior constitui mais do que uma oportunidade de qualificação profissional: representa um direito fundamental associado à reconstrução de trajetórias de vida, ao exercício da cidadania e à ampliação da autonomia (IMDH, 2021). Nessa perspectiva, Bertoldo (2024), com base em Arendt (2012), argumenta que o acesso à universidade materializa o "direito a ter direitos", condição indispensável para a participação plena desses sujeitos na vida social.

No Brasil, esse direito encontra respaldo na Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que assegura o acesso igualitário à educação e veda práticas discriminatórias, bem como no Estatuto dos Refugiados (Lei nº 9.474/1997), que determina a facilitação do ingresso dessa população em instituições de ensino (Brasil, 1997; Brasil, 2017). Entretanto, como observa Bertoldo (2024), a efetivação desse direito depende da adoção de políticas institucionais capazes de enfrentar as barreiras que limitam o acesso, a permanência e a participação da população migrante no ensino superior.

Nessa direção, a inclusão universitária exige superar uma perspectiva meramente normativa e incorporar princípios como hospitalidade, interculturalidade e justiça linguística (Bertoldo, 2024). Conforme argumentam Friedrich, Melo-Pfeifer e Ruano (2021), a garantia do direito à educação pressupõe também a garantia dos direitos linguísticos, evidenciando que uma universidade efetivamente inclusiva depende da institucionalização de políticas linguísticas de acolhimento. Sob essa perspectiva, a ausência de uma política linguística na UFGD transforma o direito formal de acesso em uma condição insuficiente para assegurar a permanência e a participação plena de estudantes imigrantes.

A inserção linguística como condição de hospitalidade

Conforme destacam Bourdieu e Eagleton (1991), a língua constitui um instrumento de poder capaz de produzir tanto inclusão quanto exclusão no interior das instituições. Nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, o português permanece como principal — e, muitas vezes, única — língua de instrução, inclusive para estudantes cuja primeira língua é outra. Nesse contexto, as demais línguas tendem a ocupar posições periféricas, sendo frequentemente invisibilizadas nas práticas acadêmicas (Bizon e Camargo, 2018), o que impõe aos estudantes imigrantes a necessidade de adaptar-se rapidamente à língua dominante como condição para sua permanência e participação na vida universitária (Anunciação, 2018; Diniz e Neves, 2018). Essa dinâmica também se manifesta na experiência de um dos autores deste artigo, cuja trajetória como estudante imigrante revela as dificuldades de legitimação dos repertórios linguísticos minoritários no espaço universitário.

Diante desse contexto, Komesu e Fischer (2014) afirmam que estudantes pertencentes às minorias linguísticas tendem a enfrentar acentuadas barreiras nos processos de inserção acadêmica. Isso mostra um descompasso entre os discursos institucionais de inclusão e hospitalidade divulgados pelas universidades e as condições concretas de integração oferecidas aos estudantes imigrantes forçados, realidade que também se observa na UFGD. Nessa perspectiva, Rosa (2018) interpreta essas limitações como expressão de uma hospitalidade condicionada, na qual a universidade afirma acolher o outro, mas preserva estruturas institucionais que dificultam sua participação efetiva, comprometendo a concretização do direito à educação de qualidade previsto no ODS 4 (Nações Unidas, 2015).

Essa compreensão dialoga com a concepção de hospitalidade desenvolvida por Derrida (2003). Para o filósofo, a hospitalidade oscila entre duas dimensões: uma hospitalidade condicional, regulada por normas que impõem critérios e exigências ao estrangeiro, e uma hospitalidade incondicional, baseada na aber-

tura irrestrita ao outro. A língua ocupa posição central nessa tensão, pois acolher implica, muitas vezes, exigir que o estrangeiro compreenda e utilize a língua do país de destino. No contexto das IES, essa exigência materializa-se em certificações de proficiência, provas de redação em português e outras práticas acadêmicas que desconsideram as especificidades dos processos migratórios, transformando o ingresso facilitado em uma experiência marcada por novas formas de exclusão (Rosa, 2018).

Pesquisas sobre o acolhimento linguístico na educação básica e universitária (Chilante e Silva, 2020; Balzan *et al.*, 2023; Tonhati *et al.*, 2024) demonstram que, para estudantes imigrantes forçados, a língua portuguesa ultrapassa os aspectos estruturais da gramática e do vocabulário, constituindo-se simultaneamente como instrumento de integração social e acadêmica e como barreira significativa à participação plena nos espaços educativos. Essa visão representativa do português, alimenta a ideia de uma língua que se configura como a maior dificuldade enfrentada pelo imigrante adulto no Brasil, e como um elemento que gera desunião e tensão entre os estudantes afetados e as condições que universidades colocam nos processos de acolhimento.

Contudo, a inserção linguística não deve ser vista apenas como um processo funcional de integração no sistema de ensino, mas como um processo complexo e relacional, de via dupla (Ager; Strang, 2008; Moreira, 2014 *apud* Bertoldo, 2024). Portanto, promover a integração por meio da educação significa criar as condições para que pessoas refugiadas possam estar no país de acolhimento em igualdade de direitos, com voz e ação em todos os espaços (Bertoldo, 2024).

As políticas linguísticas como fator de manutenção dos direitos

A dimensão linguística ocupa lugar central para o processo de inclusão educacional de imigrantes e refugiados, atuando tanto como uma barreira de acesso quanto como um fator determinante para a permanência e o bem-estar no ambiente acadêmico. A ausência de políticas linguísticas e, em especial, aquelas voltadas ao acolhimento linguístico, deixa um vazio que é frequentemente preenchido por iniciativas autônomas de educadores e dos próprios estudantes, alertando para uma falha sistêmica na garantia do direito à educação, isso porque para os acadêmicos imigrantes, a necessidade mais urgente é a comunicação funcional.

Nesse sentido, os resultados das entrevistas analisadas por Cursino (2022) apoiam esta visão ao revelar que o público adulto imigrante "quer se comunicar", e não necessariamente se aprofundar em um primeiro momento, em regras gramaticais normativas. Essa urgência comunicativa demonstra que a língua no

acolhimento deve ser tratada essencialmente como uma prática social e de troca intercultural (Ferreira *et al.*, 2022). Essa perspectiva dialoga com a Linguística Aplicada contemporânea, para a qual a língua é indissociável das experiências históricas, sociais, culturais e políticas dos sujeitos que a utilizam (Moita Lopes, 2006). Assim, promover a inserção linguística implica reconhecer os repertórios dos estudantes e criar condições para sua participação nas práticas discursivas próprias da universidade, particularmente naquelas relacionadas ao letramento acadêmico.

Sob essa perspectiva, as políticas linguísticas assumem papel estratégico na garantia do direito à educação. Para Spolsky (2004), elas resultam da articulação entre práticas linguísticas, crenças ou ideologias sobre as línguas e gestão linguística, entendida como o conjunto de ações institucionais voltadas à regulação dos usos linguísticos. Essas políticas moldam a importância dadas às línguas, influenciando o comportamento dos falantes e as escolhas linguísticas que eles fazem, o que, por sua vez, afeta as práticas linguísticas, as ideologias e a gestão linguística formal ou informal que a instituição divulga como aceita entre professores, gestores e demais envolvidos.

Nessa perspectiva, a definição de políticas linguísticas proposta por Bernard Spolsky (2004), fundamentada nas relações entre práticas, crenças e gestão linguística, oferece um importante referencial para compreender a realidade investigada na UFGD. Para o autor, a gestão linguística institucional deve atuar na transformação de práticas e crenças, oferecendo suporte adequado para que estudantes imigrantes consigam acompanhar o currículo, participar das interações acadêmicas e exercer plenamente seu direito à educação, evitando situações de exclusão e discriminação linguística.

Na prática, a UFGD tem iniciativas pontuais, como o curso de Português para Estrangeiros oferecido pela Pró-reitora de Extensão e Cultura. Contudo, tais ações estão voltadas predominantemente para uma integração linguística geral da comunidade migrante. Além disso, como bem foi apontado anteriormente, as necessidades linguísticas presentes no contexto universitário são diferentes das finalidades do Português como Língua de Acolhimento (PLAc).

É importante mencionar que, recentemente, a UFGD instituiu formalmente a figura dos Mediadores Interculturais, o que representa um inegável avanço institucional no acolhimento de estudantes não brasileiros, englobando também aqueles que ingressam pelos editais de Acolhida Humanitária. Embora a mediação intercultural seja um passo fundamental para a hospitalidade, as instituições enfrentam o desafio estrutural de abranger, em sua totalidade e com a profundidade necessária, as especificidades do letramento acadêmico demandadas pelos

estudantes imigrantes forçados. Esse cenário apresenta a necessidade de uma política linguística institucional ampla e estruturada, capaz de atravessar editais, programas de permanência, apoio pedagógico e adaptações curriculares, em prol dos direitos linguísticos e educacionais.

Conforme será discutido na análise dos dados, a ausência de uma política linguística institucionalizada produz um cenário em que o acesso formal ao ensino superior não é acompanhado por mecanismos sistemáticos de inserção linguística. Como consequência, estudantes imigrantes são frequentemente levados a processos de assimilação silenciosa, experiências de marginalização acadêmica e à construção de estratégias próprias de resistência e sobrevivência linguística, como resposta direta ao vazio deixado pela da universidade.

Metodologia

Este trabalho ancora-se nos princípios da Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 2006), que reconhece a língua como prática social, marcada por relações de poder, afetividade e identidade. Essa perspectiva permitiu compreender as vozes dos participantes não como simples relatos, mas como produções discursivas situadas em contextos de mobilidade, deslocamento e reconstrução de si, onde a língua é fundamental não só para compreender o mundo, mas para configurá-lo às novas situações.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e articula perspectivas biográfica, etnográfica e documental. A abordagem biográfica possibilita compreender como os participantes atribuem sentido às suas experiências de mobilidade e inserção universitária, evidenciando os modos pelos quais constroem e narram suas trajetórias (Delory-Momberger, 2012). A dimensão etnográfica, por sua vez, permite interpretar essas narrativas em diálogo com o contexto institucional e sociocultural em que são produzidas.

O estudo assume, ainda, uma dimensão autoetnográfica, uma vez que um dos pesquisadores integra o universo investigado na condição de estudante imigrante da própria instituição. Essa posição favoreceu um exercício reflexivo de aproximação crítica entre sua experiência e as narrativas produzidas pelos demais participantes, ampliando a compreensão das dinâmicas de inserção linguística e acadêmica.

Os dados aqui analisados representam um recorte de uma pesquisa de campo mais ampla e em desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFGD, cuja etapa principal envolve a realização de grupos focais com estudantes imigrantes forçados. O presente artigo, portanto, detém-se aos

resultados de um projeto piloto que antecedeu as atividades do referido grupo focal. O corpus é constituído por entrevistas semiestruturadas com dois estudantes venezuelanos ingressantes pelo processo de acolhida humanitária — um deles em situação de evasão acadêmica — e com um representante do Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI) da UFGD, além da análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade. Assim, em rigoroso cumprimento às diretrizes para pesquisas com seres humanos, ressalta-se que este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição, sob o Parecer nº 8.409.828 (CAAE: 97042626.2.0000.5160).

As entrevistas, com duração média de sessenta minutos, abordaram experiências relacionadas ao ingresso, à inserção linguística, à permanência acadêmica e às ações institucionais de acolhimento. A análise documental buscou identificar como as políticas institucionais contemplam — ou silenciam — a dimensão linguística no processo de inclusão de estudantes imigrantes, permitindo a triangulação entre documentos institucionais e narrativas dos participantes. Os dados foram gravados em áudio, transcritos integralmente e organizados com o auxílio de ferramentas digitais. A interpretação do corpus fundamentou-se na Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), articulada à Análise Temática (Dias; Mishima, 2023), buscando identificar categorias relacionadas às barreiras linguísticas, às estratégias de resistência e aos modos de produção institucional do acolhimento.

A pesquisa também observou os princípios éticos aplicáveis às investigações com seres humanos, considerando a condição de vulnerabilidade social e linguística dos participantes. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado em linguagem acessível e discutido oralmente antes das entrevistas, assegurando a compreensão dos objetivos da pesquisa, o direito ao anonimato, a possibilidade de utilização da língua de preferência dos participantes e a liberdade de desistência em qualquer etapa do estudo. Como forma de reconhecimento da participação dos colaboradores, está prevista a devolutiva dos resultados da pesquisa aos participantes.

Resultados e discussão

A inércia institucional

A análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022–2026) da UFGD revela uma dissociação entre o discurso institucional de inclusão e a incorporação efetiva da dimensão linguística nas políticas universitárias. Embora o documento articule políticas de inclusão social, econômica e pedagógica, não

contempla de forma explícita ações voltadas às especificidades linguísticas e interculturais dos estudantes ingressantes pelos Processos Seletivos de Acolhida Humanitária.

Na seção "Políticas de Atendimento aos Discentes", o PDI projeta a necessidade de "estabelecer novos programas e ações que permitam um maior desenvolvimento intelectual e psicoemocional dos alunos, compensando possíveis deficiências que dificultem ou travem os processos de pertencimento ao espaço universitário" (UFGD, 2021, p. 178), contudo, essas necessidades e deficiências convergem num contexto em que o PDI da instituição produz um silenciamento documental ao não preencher o vazio linguístico que experimentam os estudantes de acolhida humanitária, transferindo-lhes quase que exclusivamente a responsabilidade de adaptação. Instituindo-se, assim, o que Gonçalves (2019, p. 202) chama de "o dever linguístico de adaptar-se à ordem da universidade". A autora aponta que não é a universidade que experimentará uma fase de adaptação ao contexto multilíngue, mas é o imigrante que deverá se adaptar à língua da Universidade.

Além disso, é revelador que a língua como elemento de integração e ou exclusão, não seja explicitamente elencada entre as "possíveis deficiências que dificultem ou travem os processos de pertencimento ao espaço universitário em condições de igualdade nas disputas de mérito acadêmico" (UFGD, 2021, p. 178). Ao não considerar a língua como elemento fundamental da assistência estudantil, a UFGD opera no campo da mera assimilação: abre suas portas por meio de editais humanitários, mantendo intactos os mesmos mecanismos linguísticos que dominam por tradição, evidenciando uma hospitalidade condicionada e restritiva (Rosa, 2018).

Nesse contexto, muitos estudantes imigrantes enfrentam barreiras linguísticas que podem comprometer seus direitos básicos, especialmente os previstos no ODS 4 da Agenda 2030 (Nações Unidas, 2015). Como apontam Oliveira e Silva (2017), obstáculos de comunicação em espaços públicos — incluindo universidades — podem configurar "violação de direitos humanos" se não há políticas eficazes de apoio linguístico.

A política linguística entre a acolhida humanitária e a internacionalização

As entrevistas com representantes do Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI) confirmam o diagnóstico documental ao reconhecer que a UFGD "não tem política linguística atualmente formalizada". Ao mesmo tempo, distingue a importância da mesma ao trazer nos seus argumentos a compilação emergencial de práticas pré-existentes — "a gente organizou um documento (...) a gente um

pouco sistematizou as ações linguísticas, tudo que tava sendo feito", sustentadas quase exclusivamente na "boa intenção do voluntarismo". Tal reconhecimento revela que a própria gestão identifica a urgência de uma moldura normativa capaz de institucionalizar essas iniciativas e evitar que permaneçam episódicas ou dependentes da iniciativa de indivíduos.

Entretanto, a entrevista também revela que a política linguística ocupa uma posição periférica na agenda institucional. Ao afirmar que o momento seria "estrategicamente tentar me valer do debate gerado pela política de internacionalização como incentivo para elaborar a política linguística", o representante do ESAI demonstra que o acolhimento linguístico ainda depende da agenda da internacionalização para adquirir legitimidade institucional. Em outras palavras, a política linguística não emerge como uma prioridade autônoma, mas como um desdobramento das estratégias de internacionalização da universidade.

Em diálogo com essa realidade, Peres, Cerqueira-Adão e Fleck (2022) advertem que, embora ações promovidas por grupos ou indivíduos engajados sejam fundamentais, a verdadeira integração exige a formulação de políticas institucionais perenes. Nesse sentido, a universidade, ao operar sem essa "moldura normativa", precariza o direito à educação.

Nesse sentido, o ESAI, argumenta que as ações linguísticas existentes (como o trabalho do Centro de Formação, projetos na FAIND e o Idioma Sem Fronteiras) atravessam por uma tentativa de vinculação com a estratégia de internacionalização. Porém, foi claro perceber que a ideia de política linguística que concebe o escritório, está mais voltada para esse aspecto da internacionalização por mobilidade acadêmica, do que pelas ações linguísticas para estudantes que ingressam via edital de acolhida humanitária.

Embora essa percepção foi apontada durante a entrevista, o ESAI mostrou-se aberto à importância e inclusão desse aspecto na política linguística através do conceito "Internacionalização em casa" —"É possível, eu acho perfeitamente possível ter dentro da política linguística uma dimensão de acolhimento, talvez inclusive uma das mais importantes, já uma acolhida linguística, né?" —. Assim, sintetizando os achados de Rosa (2018) e Bertoldo (2024), a universidade busca a internacionalização, mas contraditoriamente não valida os repertórios linguísticos dos refugiados que já estão dentro, no campus.

Sob outro ângulo, embora os estudantes imigrantes forçados entrevistados, reconheçam o Edital de Acolhida Humanitária como um sinal de sua aceitação na UFGD, desconhecem a existência de qualquer política linguística formal ao afirmar que: — "no, no tiene no tiene una política clara, no tiene. Nosotros solo

intentamos decir que por medio del edital hay una política, pero no hay algo que que existe. Lo que conozco realmente es el edital y eso me hace pensar que la universidad tiene sus políticas lingüísticas" —"formal así dentro de la universidad, no hay"—.

Scott Junior (2024) adverte que, frequentemente, o sistema, ao promover o acesso à educação, coloca a língua do migrante é em um "espaço de (in)existência" e de "(in)visibilidade". O fato de um dos participantes apenas "deduzir" que a política existe, funciona como sintoma dessa invisibilidade alertada pelo pesquisador. Diante desse desconhecimento, o acesso à educação para estudantes imigrantes e refugiados é visivelmente impactado, pois "o direito à educação deve ser considerado em conjunto com o direito à língua, pois constitui a identidade pessoal e jurídica do sujeito" (Scott Junior, 2024, p. 5).

O abismo do português acadêmico

Os estudantes entrevistados relatam que a possibilidade de entregar trabalhos ou realizar avaliações em espanhol, em algumas disciplinas, foi resultado da sensibilidade individual de determinados professores, e não de uma orientação institucional. Essa percepção evidencia que as estratégias de acolhimento dependem da iniciativa docente e não de uma política linguística formal. Como argumenta Cavalcanti (2013), uma educação linguística comprometida com a diversidade exige que práticas inclusivas deixem de ser ações isoladas e passem a integrar políticas institucionais capazes de orientar o trabalho pedagógico em contextos multilíngues.

Paralelamente, os estudantes entrevistados percebem que a linguagem utilizada pelos professores e alunos na UFGD é "mais formal, mais culta" e com "demasiadas palavras técnicas que no conseguimos entender", sendo, além, muito diferente do português do dia a dia, tendo que se valer do linguiajamento para sobreviver. Nesse sentido linguístico, os mesmos, alegam que o curso de Português para Estrangeiros (com foco na vida cotidiana) que realizaram antes de ingressar à universidade, foi "muito básico" e não os preparou para o português utilizado academicamente na UFGD.

A dificuldade em entender o vocabulário e o idioma acadêmico por parte dos estudantes imigrantes forçados, gerou neles desânimo e frustração. Um dos entrevistados relatou ter se sentido "analfabeta" ao tentar desenvolver um resumo em português, mesmo sabendo o gênero acadêmico em espanhol, e que diferenças na terminologia básica, como por exemplo o uso de "grade" em vez de "*pensum* acadêmico", dificultou a busca por disciplinas para efetuar matriculas posterio-

res no segundo semestre e a compreensão de processos universitários gerais, causando frustração.

Os dados indicam, assim, um efeito paradoxal do próprio processo de acolhimento: o acesso ao ensino superior não elimina as barreiras linguísticas que atravessam a permanência acadêmica. Como observa Bertoldo (2024, p. 37), "sem mudanças significativas e que atendam essa diversidade, a simples inclusão de pessoas refugiadas nos sistemas de ensino nacionais pode representar novos processos de exclusão". A inclusão formal, quando desvinculada de políticas linguísticas de apoio ao letramento acadêmico, tende a reproduzir mecanismos de desigualdade no interior da universidade.

Nesse contexto, a translinguagem emerge como uma estratégia concreta de acolhimento e de reconhecimento dos repertórios linguísticos dos estudantes (Guimarães *et al*., 2020). Ao mobilizar diferentes línguas nas interações acadêmicas, essas práticas favorecem a compreensão mútua, legitimam os conhecimentos construídos em outras línguas e deslocam o estudante da posição de quem "não sabe" para a de sujeito produtor de conhecimento. Mais do que um recurso pedagógico, a translinguagem constitui um princípio para a elaboração de políticas linguísticas que reconheçam o plurilinguismo como elemento constitutivo da educação superior e promovam formas mais equitativas de participação acadêmica.

A comunicação institucional e a invisibilidade linguística

Outro aspecto que emerge das entrevistas refere-se à dimensão linguística dos próprios processos de ingresso na universidade. Os participantes relataram que o edital de acolhida humanitária estava disponível exclusivamente em português, dificultando a compreensão das etapas do processo seletivo e restringindo o acesso às informações necessárias para a candidatura. Como sintetiza um dos entrevistados, — "yo no entendía realmente nada cómo era entrar a la universidad, cómo era hacer el edital [...] eh nosotros no íbamos a poder conseguir porque había mucha falta de de información de alguien que se dedicara con los inmigrantes a explicar".

Além disso, também relataram que a prova de redação (como fator de seleção) era aplicada na mesma língua, o que dificultou o acesso e a inscrição dos estudantes com proficiência limitada: — Imagínate las limitaciones que nosotros tenemos en el portugués y nos llegan con una prueba de esa magnitude. Es fuerte, ¿no? para algunos venezolanos en el primer contexto nosotros lo que podemos desistir en el primer primer plano" — "fue bastante difícil hacer la prueba en portugués porque no teníamos noción de lo que era escribir en portugués.

Essa contradição aproxima-se da crítica formulada por Rosa (2018), segundo a qual o ingresso facilitado torna-se paradoxal quando exige do estudante migrante um nível de proficiência linguística que, justamente, motivou a criação de políticas de acolhimento. Nessa perspectiva, o discurso da hospitalidade é tensionado por mecanismos institucionais que condicionam o acesso ao domínio prévio da língua portuguesa, convertendo a língua em requisito de inclusão e, simultaneamente, em instrumento de exclusão.

A evasão como sintoma da hostilidade linguística

As barreiras linguísticas identificadas ao longo do percurso acadêmico repercutem diretamente na permanência estudantil. Um desses estudantes precisou deixar a universidade no segundo semestre por causa das limitações com o idioma e o conflito de tempo com o trabalho, expressando que: —"La falta de conocimiento muchas veces nos hace desistir en una primera eh en una primera parte, solo cuando tú entras y te enfocas y ves tantas cosas, tantas limitaciones, porque no puedes, no entiendes el portugués" — ""tuve imposibilidades con el idioma para escribir, para de leer [...] tuve dos semestres intentando y se me hizo imposible". O participante também relatou que ficou na espera de monitores bilíngues ou grupos acadêmicos de reforço e de um acompanhamento institucional após a sua desistência, como pode ser observado no seguinte trecho de outro aluno: —"él salió, se fue y no hubo una preocupación por parte de coordinación de hablar con Participante 2 y preguntar [...] por qué su salida. Hasta ahora no existió eso".

Os entrevistados também destacaram a ausência de acompanhamento institucional após a evasão. Conforme relatado, não houve contato da coordenação do curso nem iniciativas de apoio, como monitorias bilíngues ou programas de reforço linguístico, capazes de favorecer sua permanência. A evasão, nesse contexto, deixa de representar um insucesso individual e passa a evidenciar os limites das políticas institucionais de acolhimento.

Esse resultado converge com as diretrizes da UNESCO/ACNUR (2026), que identificam a barreira linguística como um dos principais fatores de desmotivação e abandono escolar entre pessoas em situação de migração forçada. De modo semelhante, Scott Junior (2024) argumenta que a invisibilizarão do direito à língua compromete o acesso a direitos fundamentais, entre eles o direito à educação, aprofundando processos de vulnerabilizarão social.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa evidenciam que as dificuldades enfrentadas por estudantes imigrantes na UFGD não decorrem apenas de desafios individuais de aprendizagem da língua portuguesa, mas da ausência de uma política linguística institucional capaz de articular acesso, permanência e participação acadêmica. Embora a universidade tenha ampliado o ingresso por meio dos Editais de Acolhida Humanitária, esse avanço não foi acompanhado da institucionalização de mecanismos de acolhimento linguístico e de apoio ao letramento acadêmico, fazendo com que a permanência dos estudantes dependa, em grande medida, de iniciativas individuais de professores, técnicos e colegas.

Os dados mostram que a ausência de uma política linguística não constitui uma omissão neutra, mas configura-se como uma barreira ativa que compromete a permanência, a participação e o sucesso acadêmico de estudantes imigrantes forçados. Ao limitar-se a oferecer o acesso formal por meio da matrícula, sem assegurar condições concretas de inserção linguística e acolhimento acadêmico, a universidade acaba reproduzindo uma lógica de "exclusão includente", na qual o ingresso é permitido, mas a permanência plena permanece fragilizada.

Ao mesmo tempo, o estudo evidencia que os estudantes desenvolvem estratégias de resistência, mobilizando repertórios plurilíngues, práticas translíngues e redes de solidariedade para enfrentar as barreiras impostas pelo cotidiano universitário. Contudo, tais estratégias não podem continuar sendo compreendidas como responsabilidade exclusiva dos próprios sujeitos migrantes. As experiências relatadas ao longo deste estudo revelam a urgência de uma resposta institucional comprometida com a formulação de políticas linguísticas capazes de reconhecer o multilinguismo e a diversidade cultural como dimensões constitutivas da universidade contemporânea.

Nesse sentido, a responsabilidade social da UFGD não se esgota ao abrir as suas portas para os imigrantes e refugiados, ela exige também uma transformação interna para se tornar um espaço de verdadeira hospitalidade incondicional, justiça epistêmica e inclusão radical. Acolher estudantes imigrantes não é apenas cumprir a lei, mas enriquecer a própria universidade, tornando-a mais plural, crítica e conectada com os desafios do nosso tempo.

Por fim, acolher estudantes imigrantes significa, sobretudo, reconhecer esses sujeitos como produtores de conhecimento, portadores de experiências plurais e participantes legítimos da vida universitária. Ao incorporar a diversidade linguística e cultural em suas práticas institucionais, a universidade fortalece seu compromisso ético e social, tornando-se um espaço mais democrático, plural, crítico e conectado aos desafios contemporâneos da mobilidade humana.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pelo apoio institucional ao desenvolvimento desta pesquisa. O primeiro autor agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado (Código de Financiamento 001), que possibilitou a realização deste estudo. A segunda autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Referências

ACNUR. **Relatório anual Cátedra Sérgio Vieira de Mello 2024**. [S. l.]: UNHCR ACNUR, 2024. Publicado em outubro de 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/br/media/relatorio-anual-catedra-sergio-vieira-de-mello-2024. Acesso em: 25 jun. 2026.

ANUNCIAÇÃO, Renata Franck Mendonça de. A língua que acolhe pode silenciar? Reflexões sobre o conceito de "português como língua de acolhimento". **Revista X**, v. 13, n. 1, p. 35–56, 2018. DOI: https://doi.org/10.5380/rvx.v13i1.60341.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERTOLDO, Jaqueline. **A universidade como refúgio: o acolhimento de pessoas refugiadas no Brasil por meio de caminhos educacionais complementares**. 2024. 176 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

BALZAN, Carina Fior Postingher et al. Os desafios no acolhimento e no ensino de língua portuguesa para estudantes imigrantes e refugiados na educação básica. **Gragoatá**, Niterói, v. 28, n. 60, e53123, jan./abr. 2023. DOI: https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.53123.

BIZON, Ana Cecília Cossi; CAMARGO, Helena R. E. de. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. *In*: BAENINGER, Rosana *et al*. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – NEPO/Unicamp, 2018. p. 712–726.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jul. 1997.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2017.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. *In*: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1991.

CAVALCANTI, Marilda. Educação linguística na formação de professores de línguas: intercompreensão e práticas translíngues. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Linguística aplicada na modernidade recente:** festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013. p. 211–226.

CHILANTE, Isabella Saliba Pereira; SILVA, João Fábio Sanches. O papel da língua portuguesa sob o olhar de imigrantes alunos do NEPPE-UEMS. **Primeira Escrita**, v. 7, n. 1, p. 42–51, 2020.

CURSINO, Carla Alessandra. Português como língua de acolhimento pelas vozes de migrantes de crise. **Travessias Interativas**, v. 12, n. 25, p. 107–123, 2022. DOI: https://doi.org/10.51951/ti.v12i25.p107-123.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves; NEVES, Amélia de Oliveira. Políticas linguísticas de (in) visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro. **Revista X**, v. 13, n. 1, p. 87–110, 2018. DOI: https://doi.org/10.5380/rvx.v13i1.61225.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 523–536, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000300002.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista Sustinere**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 402–411, 2023. DOI: https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828.

FERREIRA, Luciane Corrêa et al. Português como língua de acolhimento e os desafios do acesso a uma universidade pública no Brasil. **Letrônica**, 2022. DOI: https://doi.org/10.15448/1984-4301.2022.1.41235.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila; MELO-PFEIFER, Sílvia; RUANO, Bruna. Direito à educação linguística de alunos migrantes e refugiados: reflexões sociopolíticas, sociolinguísticas e educativas em torno dos casos brasileiro e alemão. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 29, n. 70, p. 1–27, 24 maio 2021. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.29.5711.

GONÇALVES, Jael Sânera Sigales. Direitos linguísticos e políticas linguísticas no Brasil: uma análise de processos seletivos para acesso à universidade pública por migrantes forçados. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 43, p. 192–216, jan./jun. 2019.

GUIMARÃES, Thayse Figueira; BUIN, Edilaine; GARCIA, Rosana Irani Daza; RIBEIRO, Cristiene Oliveira. Práticas translíngues como recurso no acolhimento de migrantes venezuelanos em sala de aula de língua portuguesa. **Revista X**, v. 15, n. 7, p. 83–102, 2020. DOI: https://doi.org/10.5380/rvx.v15i7.75166.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH). Refúgio, migrações e cidadania. **Caderno de Debates**, n. 16, out. 2021.

SCOTT JUNIOR, Valmôr. Direito à educação e práticas de integração linguística para migrantes: previsões normativas e institucionais sobre direito à língua. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, v. 6, 2024.

KOMESU, Fabiana Cristina; FISCHER, Adriana. O modelo de "letramentos acadêmicos": teoria e aplicações**. Filologia e linguística portuguesa**, v. 16, n. 2, p. 477–493, 2014. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16i2p477-493.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

LOVERA, Manuel Salvador Colina; GUIMARÃES, Thayse Figueira. O cenário linguístico-acadêmico de estudantes imigrantes no Brasil. **Revista GeoPantanal**, v. 19, n. 36, p. 123–139, 2024.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; SILVA, Julia Izabelle da. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? **Gragoatá**, v. 22, n. 42, p. 131–153, 2017. DOI: https://doi.org/10.22409/gragoata.v22i42.33466.

PERES, Luise Bittencourt; CERQUEIRA-ADÃO, Sebastião Ailton da Rosa; FLECK, Carolina Freddo. Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244344por.

ROSA, Marluza da. Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição de hospitalidade. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 3, p. 1534–1551, set./dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/010318138651687356621.

SPOLSKY, Bernard. **Language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TONHATI, Tânia et al. Práticas pedagógicas de inclusão de migrantes e refugiados em escolas brasileiras. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e270236, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.270236.

UNESCO; ACNUR. **Direito à educação de pessoas refugiadas e migrantes: formação de professores para o acolhimento escolar**. Paris: UNESCO; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil: ACNUR, 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2022–2026**. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.